



**Reunião Ordinária da Assembleia
da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo**

31.03.2010

Acta número um/2010

Aos trinta e um dias do mês de Março de dois mil e dez, com início pelas dezoito horas, teve lugar, no auditório da sede da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, em Tomar, a primeira reunião do ordinária da Assembleia da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

Antes da Ordem do Dia: -----

1. Período antes da ordem do dia.-----
Ordem do dia: -----

- 1. Apreciação e votação do Regimento da Assembleia Intermunicipal;---**
- 2. Apreciação e votação do Relatório de Gestão referente a 2009;-----**
- 3. Apreciação e votação das Opções do Plano e Orçamento para 2010;---**
- 4. Apreciação e votação das propostas de nomeação e de remuneração do Secretário Executivo;-----**
- 5. Apreciação e votação da proposta de alterações ao Regulamento de Tabela de Taxas 2009;-----**
- 6. Intervenção do público ao abrigo do ponto 6, do Artigo 84.º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro.**-----

Estiveram presentes na reunião os membros eleitos constantes da folha de presenças anexa à presente acta, da qual faz parte integrante. -----

Esteve ainda presente o Presidente do Conselho Executivo da CIMT, a Secretária Executiva, Teresa Taborda, Elizabeth Torres, Isabel Teodósio e Sofia Afonso que secretariaram a reunião. -----

Iniciada a reunião, a Presidente da Mesa da Assembleia da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo deu início aos trabalhos para cumprimento da Ordem de Trabalhos. -----

Começou por explicar quais os documentos que haviam seguido por e-mail no dia 30. Nesse momento foram distribuídos os documentos referentes ao ponto 4, que não haviam seguido no referido e-mail.-----

Seguiu-se a votação das actas de instalação e de eleição da Mesa da Assembleia.-
A acta de instalação foi aprovada, com as alterações propostas pelo deputado João Simões, anexas à presente acta da qual fazem parte integrante, com 30 votos a favor e 4 abstenções, estando presentes 34 membros.-----

A acta da eleição da Mesa da Assembleia foi também aprovada com 30 votos a favor e 4 abstenções, com o mesmo número de presenças.-----

1. Período antes da ordem do dia.-----

Ramiro Silva falou sobre a saúde no Médio Tejo, que considera o bem mais precioso de que as pessoas dispõem. Pensa que a saúde das pessoas que vivem no Médio Tejo não tem sido bem acautelada, notando que muitos dos habitantes têm necessidade de procurar cuidados fora do nosso Centro Hospitalar e mais de 20% não tem médico de família. Mais afirmou que, no entender da CDU, esta situação tem origem no facto do Governo não investir no Serviço Nacional de Saúde. Essa falta de investimento, no que diz respeito ao Centro Hospitalar do Médio Tejo, traduz-se na não abertura de todos os serviços previstos, no não desenvolvimento de outros serviços com grandes potencialidades, no sub-financiamento do Centro Hospitalar que não tem permitido o seu "normal" desenvolvimento, na ausência de uma estratégia de desenvolvimento que permita potenciar toda a capacidade instalada e na nomeação de equipas de gestão completamente desenquadradas das necessidades e interesses da região. Consequentemente, segundo Ramiro Silva, o clima interno dos hospitais é de desânimo, de desorientação e de incerteza no futuro, os resultados da gestão relativos a 2009 prevêem-se fracos e verifica-se a ausência de um plano estratégico de desenvolvimento e de projectos atractivos que fixem os médicos e demais técnicos, correndo-se mesmo o risco dos serviços encerrarem por falta de pessoal.-----

Para este membro da Assembleia é tempo de agir e, nesse contexto, propôs que na próxima reunião deste órgão seja incluído na ordem de trabalhos um ponto para discutir questões de saúde no Médio Tejo.-----

Por outro lado, Ramiro Silva manifestou preocupação quanto ao aumento da sinistralidade no distrito de Santarém. Apresentando os números oficiais da sinistralidade, afirmou que deve ser feita uma reflexão sobre esta matéria. Propôs o melhoramento das acessibilidades e sinalização, bem como a melhoria dos transportes públicos. Lançou também a ideia de fazer uma discussão sobre este assunto na próxima reunião da Assembleia.-----

Rui Ferreira usou da palavra para falar sobre o Orçamento de Estado de 2010, que não é um instrumento para combater a grave crise económica e social, nem para atenuar as desigualdades sociais e as assimetrias regionais que se têm acentuado ano após ano. Antes vai no sentido contrário ao que o país e a região necessitam, designadamente quanto ao reforço da sua capacidade produtiva, à melhoria das condições de vida de quem trabalha e ao desenvolvimento harmonioso combatendo as assimetrias.-----

O adiamento de projectos como a construção do IC9, com nova travessia localizada em Tramagal, a recuperação da ponte sobre o Tejo em Constância e o IC3, que inclui a nova ponte Golegã/Chamusca, representa uma pesada perda para a economia da nossa região, tendo em conta a importância das empresas aqui instaladas como a Mitsubishi, a Caima, os CIRVERS e ainda as unidades militares.-----

Rui Ferreira acrescentou que a paralisação destes projectos vem dificultar ainda mais os investimentos em novos equipamentos produtivos estruturantes para a região e para o país.-----

Mais disse pensar que é tempo de nos unirmos em torno da economia, da nossa cultura, do bem-estar geral dos nossos municípios.-----

Paulo Constantino solicitou informação sobre o ponto de situação do Estudo de Mobilidade do Médio Tejo, questionando se tinha sido concretizado e se tinha ficado limitado ao transporte rodoviário sem abranger o ferroviário, requerendo esclarecimento quanto ao resultado das reuniões com Instituto de Mobilidade e

Transportes sobre a Moção Passes Sociais aprovada na Assembleia Intermunicipal. Perguntou ainda se a CIMT participa e equacionou uma articulação com outras Comunidades Intermunicipais (como seja, da Lezíria do Tejo) no acompanhamento do Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo e do Plano Estratégico de Requalificação e Valorização do rio Tejo. -----

O Presidente do Conselho Executivo, António Rodrigues, afirmou que as situações colocadas, nomeadamente aquelas relacionadas com saúde, o preocupam.-----

Informou que no passado dia 23 de Fevereiro foi solicitada à Sra. Ministra da Saúde uma reunião com o intuito de apresentar os problemas da região, a qual ainda não está agendada.-----

Mais disse não concordar quando se diz que o Conselho de Administração do Centro Hospitalar do Médio Tejo não tem condições para continuar.-----

Quanto à sinistralidade, é de opinião que existe uma série de intervenientes e não nos compete a nós – Comunidade Intermunicipal – resolver a situação.-----

Relativamente ao Orçamento de Estado e às obras que não vão ser feitas, reconheceu que há contradições que não são simpáticas e que o deixam sem resposta. É muito importante resolver a questão da mobilidade.-----

Acrescentou também que estão a acontecer coisas importantes no que diz respeito ao QREN. Este tem sido “mal tratado” e não tem sido exemplo de execução.

Temos trabalhado em uníssono com o PIS e feito a ponte com a CCDRC. Elaborámos um documento com os constrangimentos sentidos e levamos a cabo um seminário com o Sr. Ministro e o Sr. Secretário de Estado, para o qual os membros da Assembleia foram convidados.-----

Entende que o Governo está a ter uma atitude de aflição para gastar o dinheiro. Esta situação trouxe grandes responsabilidades para o Médio Tejo e para os Presidentes de Câmaras, o que tem sido factor de articulação invulgar a nível dos municípios. Os Presidentes das Comunidades Intermunicipais têm que dar indicadores evolutivos semanais ao nível do QREN. Contudo, pode acontecer que o Médio Tejo veja as verbas que lhe estão atribuídas saírem para a Lezíria.-----

O Presidente do Conselho Executivo confirmou que o órgão a que preside está a trabalhar e tem levado a cabo várias reuniões para fazer pontos de situação dos vários projectos. Afirmou estar-se ainda numa fase embrionária, mas que o tema premente é a gestão do QREN.-----

João Moura Rodrigues disse não fazer sentido os serviços da CIMT estarem descentralizados por Tomar, Abrantes e Constância, pois os custos são elevados.--

Mais informou pensar que seria viável para a região um eixo Tomar-Leiria e não uma ligação Cartaxo-Litoral, ideia que é defendida no Oeste.-----

Ramiro Silva mostrou admiração no que diz respeito à afirmação do Presidente do Conselho Executivo quando disse que não temos nada a ver com a questão da sinistralidade, pois muitos acidentes dão-se em arruamentos de municípios desta Comunidade. Os números falam por si.-----

O Presidente do Conselho Executivo interveio dizendo não ter afirmado que a CIMT não tem nada a ver com a sinistralidade e sim apenas que não compete à CIMT resolver os problemas relativos a essa matéria. Acrescentou ainda que o projecto de mobilidade em curso visa também contribuir para a redução da sinistralidade.--

Mais disse não concordar com João Moura Rodrigues, pois Constância tem óptimas condições para a formação. E existe também a questão da solidariedade, na medida em que a Associação de Municípios esteve lá muitos anos e não era correcto vir embora sem deixar lá algum serviço. Em Abrantes está o Internet Data Center e vão existir outros projectos. Terminou dizendo que há que saber viver em comunidade.-----

João Moura Rodrigues contrapôs, afirmando que, numa lógica comunitária, esta Comunidade Intermunicipal não se limita a Tomar, Abrantes e Constância.-----

Ordem do dia: -----

1. Apreciação e votação do Regimento da Assembleia Intermunicipal;---

Foi presente a proposta de alteração do Regimento da Assembleia Intermunicipal, anexa à presente acta da qual faz parte integrante.-----

Ramiro Silva disse ter dúvidas quanto à legalidade do art.º30 sobre o registo de interesses. Sugeriu que esse artigo fosse retirado.-----

António Mor referiu que a actual lei não previu a nomeação de substitutos na Assembleia. A Presidente da Mesa esclareceu que o modo como se fazem as substituições nesta Assembleia não é ilegal e salvaguarda a representação dos concelhos.-----

João Simões sugeriu que fosse solicitado a cada Assembleia Municipal a composição de todas as listas que foram apresentadas nas eleições, o que permitiria à Presidência da Assembleia da CIMT proceder à substituição de cada membro pelo imediatamente a seguir nessa lista, quando tal fosse necessário.-----

A Presidente da Mesa da Assembleia propôs a votação do documento, na generalidade, com as alterações propostas e sem o art.º30. O mesmo foi aprovado por unanimidade, com 39 membros presentes.-----

Não ocorreram pedidos de votação na especialidade.-----

2. Apreciação e votação do Relatório de Gestão referente a 2009;-----

Foi presente a proposta do Relatório de Gestão, anexa à presente acta da qual faz parte integrante.-----

A Secretária Executiva em funções fez uma apresentação explicativa do documento.-----

Ana Coelho felicitou o Presidente do Conselho Executivo pelas acções levadas a cabo no âmbito do QREN.-----

Mais disse que a leitura dos documentos levou a alguma preocupação devido à baixa taxa de execução e que continuam a notar-se as dificuldades do executivo anterior. Está ciente de que a situação tem a ver com atrasos da Administração Central e, nesse sentido, em nome do PSD, deixou uma nota de solidariedade para com o executivo anterior.-----

Verificou que a gestão interna também foi afectada: entre outras preocupações, as despesas com pessoal aumentaram.-----

Ana Coelho questionou qual será a imagem do Médio Tejo hoje em dia.-----

Quanto ao documento em apreciação, afirmou que tem que haver um maior rigor, pois detectou gralhas no português e não gostou da digitalização.-----

João Simões mencionou que, à semelhança de outros anos, o relatório, continua a ser bem elaborado, o que permite uma leitura fácil, reflexiva e prospectiva.-----

Abordou os projectos/actividades (26 fichas/subprojectos) em contraste com o ano 2008 (23 fichas/subprojectos), em que só foi realizado o Médio Tejo – Gestão em SIG – disponibilização de informação geográfica on line (internet) - gestão/coordenação da disponibilidade GPS pelos Municípios (em 2008 foram oito no total). -----

Consta do Relatório que, em 2009, foi possível iniciar alguns estudos decorrentes de processos que, em boa medida, já se encontravam em curso, bem como a preparação de candidaturas. João Simões questionou quais.-----

Salientou o facto dos problemas com o tardio arranque do QREN terem implicado a reprogramação e o não arranque dos projectos. -----

Saudou a intenção de promover a oferta de ensino básico de excelência, sustentado por uma rede de equipamentos e serviços numa Carta Educativa Regional com coordenação à escala regional para a gestão de equipamentos, serviços e transportes escolares. -----

Felicitou também a intenção do estabelecimento de parcerias para o desenvolvimento de um modelo educativo inovador e de qualidade pela modernização acelerada das práticas educativas pelo domínio e utilização intensiva das TIC. -----

Louvou ainda a intenção de melhoria das competências básicas e avançadas, integrando os jovens no mercado de trabalho (recém-licenciados). E afirmou esperar que o Conselho Executivo possa avançar com estas actividades. -----

Referiu, contudo, um problema: a “exportação” de jovens recém-licenciados para outras regiões e para o estrangeiro.-----

Destacou a promoção da cooperação intermunicipal com acções em rede e em parceria e a rentabilização de estratégias operacionais. Destacou ainda a intenção de melhorar a organização e capacidade institucional, com agilização de procedimentos e intercâmbio de informação, fomentando a mudança organizacional e a qualidade dos serviços.-----

Constatou que o QREN acabou por constituir um entrave ao impedir a submissão dos projectos por não estarem reunidas condições para a formalização de candidaturas por parte da Comunidade Intermunicipal, pelo facto de não estar garantido o financiamento de investimento anterior à data da apresentação da candidatura.-----

Mostrou preocupação quanto ao facto de não se poderem aproveitar, a tempo e horas, os fundos comunitários e assim se perder uma oportunidade. Salientou que a CIMT retira de cada município o sumo para fazer o Médio Tejo.-----

Mais disse que as Comunidades Intermunicipais existem para a criação de sinergias e para ter recursos disponíveis para todos, o que é de louvar. -----

Por fim, apelou ao Conselho Executivo no sentido de se olhar mais para o mundo rural.-----

Silvestre Pereira congratulou-se com as medidas tomadas pelo Conselho Executivo no âmbito no QREN e questionou quais as situações equacionadas para recuperar alguns atrasos. Tendo em conta a taxa de execução inferior, perguntou se está previsto melhorar algumas questões internamente.-----

Paulo Constantino referiu que o QREN é importantíssimo, mas também temos que apostar no que se pode fazer sem os fundos comunitários e que a CIMT não ficou à espera do QREN, preparou-se para o QREN, preparando os projectos a executar. Sugeriu também medidas ao Governo para ultrapassar as dificuldades. Mais referiu o interesse da aposta no projecto da mobilidade intra – regional, exemplo de que o aumento das despesas com pessoal corresponde ao aumento do trabalho realizado pelos recursos internos da CIMT, como é possível constatar pelo elevado nível de execução física deste projecto, na ordem de 60%.-----

Respondendo aos deputados, o Presidente do Conselho Executivo começou por dizer que existem opções que não foram as desejadas e esclareceu que ainda subsistem investimentos realizados com o QCA III. Confessou que o Conselho não sente orgulho pela execução de 0% de alguns projectos. Explicou também que todos os projectos têm fundos comunitários.-----

Respondendo a João Simões, referiu que a CIMT não deverá olhar só para o mundo rural, mas sim para o conjunto.-----

Alertou os presentes para o facto de estarem a ser colocadas questões que são do foro do orçamento e deverão ser discutidos no ponto da ordem de trabalhos a seguir.-----

A Presidente da Mesa da Assembleia colocou à votação o Relatório de Gestão referente a 2009. O mesmo foi aprovado com 30 votos a favor e 10 abstenções (5 da CDU, 2 dos Independentes, 2 do PSD e 1 do PS), estando presentes 40 membros.-----

Rui Ferreira apresentou uma declaração de voto, anexa à presente acta da qual faz parte integrante.-----

3. Apreciação e votação das Opções do Plano e Orçamento para 2010;---

Foi presente a proposta das Opções do Plano e Orçamento para 2010, anexa à presente acta da qual faz parte integrante.-----

O Presidente do Conselho Executivo disse que há quatro projectos fundamentais. Como nem sempre havia retorno do dinheiro que as câmaras investiam na CIMT, o Conselho Executivo esmiuçou os projectos e elegeu como fundamentais para a coesão com o Médio Tejo e autarquias: o QREN, o Médio Tejo Digital, a Mobilidade e os Sistemas de Informação Geográfica. Destes, o mais importante é o QREN e não há que fazer rodeios quanto a isso. Neste projecto estão não só o Médio Tejo, como o Pinhal Interior Sul.-----

Referiu que a grande estratégia da CIMT é a lógica dos centros escolares. Todas as câmaras estão a tentar construir estes centros e o Governo quer que se faça o mais possível até ao final do ano.-----

Quanto aos outros apoios comunitários, referiu que deverão chegar aos 80%, mas a condição é mesmo fazer o mais possível em 2010.-----

O Presidente do Conselho Executivo explicou ainda aos presentes que as Comunidades Intermunicipais vão ter que fazer um controlo apertado às Câmaras Municipais. E adiantou que foram melhoradas as comparticipações dos centros escolares.-----

Informou ainda os membros da Assembleia de que foi ele quem disse ao Secretário de Estado que a particularidade de lançar concursos por ajuste directo acabou, situação que vai atrasar os concursos. Desde que haja boa fé, é preferível lançar por ajuste directo do que estar à espera muitos meses e começar a obra no fim do ano. Nessa altura, haverá avaliação da Comunidade Intermunicipal para perceber a capacidade de execução de cada uma. Se não tivermos capacidade, a probabilidade de reforço dos apoios é menor. Concluiu que a essência é uma boa execução das obras e que deve haver um bom entendimento com o PIS.-----

Mostrou-se também preocupado com o facto das Câmaras Municipais poderem eventualmente não estar preparadas para isto, pois foram apanhadas num processo que não é desejável. Se a previsão inicial era de dois anos, era suposto fazer-se com calma, em função da capacidade dos recursos humanos de cada município.-----

O Presidente do Conselho Executivo abordou ainda a importância do projecto da Mobilidade. Informou que a lógica de Abrantes-Tomar-Torres Novas nasceu devido aos hospitais e depois foi-se ampliando pelos outros municípios. O projecto em causa está em fase de arranque e deverá ser objecto de apoio comunitário, na medida em que não se pretende aumentar as despesas municipais.-----

Graciete Honrado interveio dizendo que o Orçamento para 2010 é, mais uma vez, condicionado pelas despesas correntes e pela necessidade de dar cobertura orçamental a investimentos incluídos em candidaturas ao QREN que já transitaram de anos anteriores. Contudo, pensa que o Orçamento tem aspectos positivos. O primeiro é incrementar a capacidade competitiva e a coesão territorial, ou seja, apoiar e implementar acções e estudos que fomentem estratégias supramunicipais que vão de encontro à competitividade do Médio Tejo e que estimulem e inovem esta região, apostando na sua diferenciação. O segundo aspecto diz respeito a fomentar redes de apoio à inovação e ao desenvolvimento tecnológico, apostando na modernização e articulação entre os cidadãos e as organizações, através de novos serviços online e novas funcionalidades para os portais regionais e autárquicos. O terceiro aspecto consiste em apoiar a educação, a formação e a qualificação especializada, dando rentabilidade à oferta formativa na nossa região. De seguida, destacou a promoção da cooperação intermunicipal através de redes de parcerias. Por último, mencionou a necessidade de promover processos de modernização administrativa, aplicando novos modelos estruturais que fomentem uma maior agilização e flexibilidade nos procedimentos, que incentivem a troca de experiências e partilha de conhecimento entre os colaboradores. Graciete Honrado mostrou-se preocupada, mas espera que os objectivos sejam concretizados.-----

António Mor referiu que o que foi promovido pelo Conselho Executivo permitiu aos municípios tirar o proveito esperado quando foi formalizada a candidatura ao QREN.-----

Informou ter falado com o Presidente da CCDRLVT e disse estar satisfeito por saber que quem está no QREN é quem tem mais conhecimento. Mas foram criadas situações que originaram entraves. No que diz respeito ao Médio Tejo, juntamos os agentes económicos e ensino, o que ajudou a ultrapassar um conjunto de problemas.-----

Lembrou que a Associação de Municípios do Médio Tejo foi criada em nome da cooperação intermunicipal e que, por essa razão, a experiência é de cooperação. Vai-se fazendo, desenvolvendo e trabalhando em coesão. Referiu a necessidade de

nos juntarmos todos nesse objectivo. Relativamente aos agentes do ensino, pensa que temos que investir cada vez mais nestas áreas.-----

Mais disse que quer na formação, quer nos custos, o que aqui se faz, não sendo barato, é de longe mais bem conseguido e barato do que se os municípios fizessem por si.-----

Contudo, referiu que se não houver fundos comunitários não conseguiremos dar o passo seguinte.-----

Paulo Macedo referiu que, quando se pretende atingir um nível de excelência, deve-se propor que esteja presente o ensino superior politécnico. Existem três pólos deste ensino. Além disso, pensa ser importante fomentar consórcios de investigação regional. Quanto à Afirmção Territorial do Médio Tejo, devem estar presentes as energias renováveis, ambiente, floresta e produtos agrícolas. Defendeu ainda a promoção da valorização turística do património e os produtos tradicionais certificados.-----

João Simões mencionou que o projecto da Mobilidade existe desde 2004, há quase seis anos e os passos mais importantes para a sua execução ainda não foram dados. Entende que se torna necessário agilizá-lo com toda a celeridade para conseguir uma melhor estratégia nos transportes. Referiu que os núcleos que têm serviço da CP não estão interligados, aliás é a própria CP que não tem em consideração a importância dos núcleos urbanos que integram esta Comunidade.-- Considera que se deve avançar para a concretização da interligação rodoviária entre os principais centros urbanos que têm actividades económicas e ainda os serviços de saúde.-----

Mais disse ser de opinião que se deve apostar na formação com o aproveitamento e o desenvolvimento das tecnologias da informação e comunicação, quer nas escolas, quer nas autarquias.-----

Apontou a necessidade de promover a fixação das populações, não esquecendo nunca os meios rurais e operar a captação e dinamização dos jovens, criando estruturas de apoio a pequenas e médias empresas, que lhe dêem trabalho, incentivando o empreendedorismo para evitar a sua fuga para regiões mais atractivas e para o estrangeiro.-----

Defendeu que a coesão territorial tem de ser solidificada, combatendo as assimetrias e o despovoamento dos Concelhos do interior, que resultam directamente da concentração de populações noutras áreas à procura de melhores condições de vida.-----

Quanto ao projecto Médio Tejo Digital, considerou ser uma ferramenta importantíssima para o desenvolvimento, mas fica a sensação de alguma frustração pelas suas patentes insuficiências. -----

No que diz respeito ao Turismo, impõem-se políticas integradas, aproveitando-se os enormes recursos existentes na Comunidade.-----

Relativamente ao QREN, João Simões considerou que tem estado parado, disse mesmo quase a vegetar.-----

Chamou a atenção para o facto de que as verbas não comparticipadas têm que vir de outras fontes de financiamento (empréstimos), pelo que é necessário uma boa negociação com a banca para aproveitar ao máximo esses recursos.-----

Face ao exposto, referiu que a CIMT tem um papel de bem coordenar e articular os projectos com as autarquias e com os projectos que cada uma delas desenvolve de per si (Médio Tejo Digital, Turismo) sabendo de antemão que é um trabalho difícil, mas um trabalho pelo qual os deputados da Assembleia esperam. Só assim vale a pena governar, concluiu.-----

Rui Ferreira interveio dizendo que é importante tomar posição sobre a excepcionalidade do endividamento das câmaras no âmbito dos fundos comunitários.-----

O Presidente do Conselho Executivo esclareceu que há uma relação de trabalho com o Governo e que a posição referida por Rui Ferreira já foi enviada pela ANMP para o Governo.-----

Mais elucidou que há coisas que não estão claras na legislação relativamente aos centros escolares e obras públicas. Há colegas a apresentar propostas muito boas, mas não podemos ser nós – CIMT – a levar para a frente esta questão.-----

Quanto à “divisão” da CIMT por pólos, disse que a razão de permanecer em Constância é a formação, pois existe lá um edifício com boas condições para tal.---
No que diz respeito ao projecto Cliente Regional, é muito importante na interacção do munícipe com a autarquia.-----

O Presidente do Conselho Executivo fez também referência à formação permanente que a Estrutura de Apoio Técnico tem.-----

No que concerne à afirmação de António Mor, referiu que existimos pela lógica do interesse e que infelizmente essa é a verdade. A nossa lógica é a do QREN e os autarcas têm sido exemplares dentro desta lógica. -----

Mencionou ainda a necessidade de criar uma estrutura de solidariedade para quando não houver fundos comunitários.-----

Quanto ao ensino superior disse também que não pode haver uma estratégia sem ele.-----

Proferiu ainda que ninguém sabe o que é o Médio Tejo, mas que há condições para termos identidade. Há uma lógica de criar um espírito de região, de partilhar o que o Médio Tejo tem.-----

Silvestre Pereira comentou que a cooperação traz ganhos acrescidos, é uma forma de economia de escala.-----

Ramiro Silva lembrou que no final do anterior mandato a Assembleia aprovou uma proposta sobre a alteração das quotizações e perguntou se essa questão vai ser repensada.-----

A Presidente da Mesa da Assembleia esclareceu que as quotizações foram aprovadas nas Assembleias Municipais.-----

O Presidente do Conselho Executivo informou que só recentemente o Secretário de Estado descobriu que as Comunidades Intermunicipais não estavam certificadas para fazer pagamentos e que foi entretanto feita uma adenda para resolver este problema.-----

Deu razão a Ramiro Silva quanto ao aumento das quotas. E disse que há consenso no Conselho Executivo relativamente ao documento que está para aprovação nesta Assembleia.-----

A Presidente da Assembleia colocou o documento a aprovação. O mesmo foi aprovado, por unanimidade, com 38 membros presentes.-----

4. Apreciação e votação das propostas de nomeação e de remuneração do Secretário Executivo;-----

Foram presentes as propostas de nomeação e de remuneração do Secretário Executivo, anexas à presente acta da qual fazem parte integrante.-----

A Secretária Executiva em exercício saiu da sala.-----

O Presidente do Conselho Executivo afirmou que o órgão a que preside deliberou, por unanimidade, manter a Eng. Ana Paula Remédios no cargo. Contudo, não fazia sentido auferir um vencimento maior que qualquer Presidente de Câmara. Assim, com a concordância da própria, convencionou-se que ganharia o mesmo que o Presidente de Câmara com o vencimento mais baixo. Mais esclareceu que esta situação resultou da óptica do que parecia mais sensato, apesar de todo o valor que a pessoa em questão tem. O vencimento será reduzido em perto de 700 euros.-----

A Presidente da Assembleia pôs a votação secreta as propostas de nomeação e vencimento da Eng. Ana Paula Remédios. As propostas foram aprovadas com 30 votos a favor, 5 votos contra e 3 votos em branco, com 38 presenças na sala.-----

Rui Picciochi disse não estar de acordo com o vencimento da Secretária Executiva e informou que apenas votou a nomeação.-----

A Secretária Executiva regressou à sala.-----

5. Apreciação e votação da proposta de alterações ao Regulamento de Tabela de Taxas 2009;-----

Foi presente a proposta de alterações ao Regulamento de Tabela de Taxas 2009, anexa à presente acta da qual faz parte integrante.-----

João Simões apresentou uma recomendação ao Conselho Executivo, anexa à presente acta da qual faz parte integrante.-----

José Batista disse pensar que, como sector público, não podemos onerar o Estado, mas não podemos sobrecarregar o cidadão.-----

Mais disse achar que a informação é pouca.-----

Assinalou que a cartografia geodésica 1:2000 passou de 16 euros para 490 euros e perguntou porquê. Registou também várias duplicações de informação e, verificando a falta de informação quanto aos pedidos alvo de taxas no ano transacto, questionou se a tabela foi mal elaborada ou se não há de facto informação dos serviços.-----

A Secretária Executiva esclareceu que a alteração ao valor da cartografia 1:2000 se deveu à venda do IGP, a quem pertence também a actualização aos valores que se estão a praticar.-----

A Presidente da Mesa da Assembleia colocou a proposta de alterações ao documento a aprovação. A mesma foi aprovada por unanimidade, com 38 membros presentes.-----

6. Intervenção do público ao abrigo do ponto 6, do Artigo 84.º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro.-----

A Presidente da mesa da Assembleia verificou não haver público presente na sala.

Não havendo mais assuntos a tratar, pelas 21 horas, a Presidente da Assembleia deu por encerrada a reunião da qual, para constar, se lavrou a presente acta que, Ana Sofia Afonso, para o efeito designada, redigiu e também assina. -----
